

CONHECENDO FACILITADORES COMUNICATIVOS PARA UM ACOLHIMENTO INCLUSIVO ATRAVÉS DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS.

ALVARENGA, Alice Vilela Rodrigues de. SOARES, Isabela Marquini. PERES, Jeane Yasmim Oliveira dos Santos. JESUS, Sônia Cupertino de.

RESUMO

Este estudo entrelaça os recursos expressivos citados na Lei 10.436/02 com as especificidades das pessoas surdas através de alguns facilitadores comunicativos. Realça a importância de uma comunicação leve, porém clara para facilitar o diálogo e o entendimento entre pessoas não ouvintes e ouvintes. A ênfase recai sobre alguns saberes sobre um idioma através das mãos, Libras - língua de brasileira de sinais, realçando o quanto os facilitadores comunicativos podem contribuir para um acolhimento dos surdos. Facilitadores bem visualizados, tais como gravuras, desenhos e imagens coloridas podem ampliar o cognitivo e promover uma socialização inclusiva. Estratégias metodológicas foram aplicadas nos encontros teóricos e a praticidade ao utilizar os facilitadores através de aulas expositivas e práticas. Olhares inclusivos e reflexivos pontuam a importância da convivência com todos e minimiza os desafios comunicativos entre ouvintes e surdos. Expectativas foram criadas para possíveis projetos com a praticidade da construção de um idioma através dos sinais.

Palavras-chave: Acolhimento. Comunicação. Facilitadores. Libras

LEARNING COMMUNICATIVE FACILITATORS FOR AN INCLUSIVE EMBRACEMENT THROUGH BRAZILIAN SIGN LANGUAGE.

ABSTRACT

This study interweaves the expressive resources mentioned in Law 10.436/02 with the specificities of deaf people through some communicative facilitators. It highlights the importance of light, yet clear communication to facilitate dialogue and understanding between non-hearing and hearing people. The emphasis is on some knowledge about a language through the hands, Brazilian Sign Language (Libras), highlighting how communicative facilitators can contribute to embrace the deaf. Well-visualized facilitators, such as pictures, drawings and colorful images can broaden

²Acadêmicas do curso de Psicologia do UniAcademia.

alicevra@hotmail.com, Isabelamsoares7@gmail.com, Isabelamsoares7@gmail.com, peres.jeaneyasminp@gmail.com/

²Professor(a) orientador(a), docente do cursos de Ciências biológicas e Psicologia do UniAcademia
soniajesus@uniacademia.edu.br

the cognitive and promote inclusive socialization. Methodological strategies have been applied in theoretical meetings and the usefulness in using facilitators through expository and practical classes. Inclusive and reflective views emphasize the importance of coexistence with everyone and decrease communicative challenges between listeners and deaf. Expectations have been created for possible projects with the usefulness of building a language through signs.

Keywords: Embracement. Communication. Facilitators. Libras.

1 INTRODUÇÃO

Em todas as fases da vida, as pessoas descobrem, aprendem e desenvolvem um meio de se comunicação. Assim que o nascimento acontece a jornada social se inicia, somos entrelaçados por muitas demandas, por exemplo, seu histórico familiar, as culturas, a história do local em que vive os acontecimentos sociais, entre outros, colocam o sujeito em constante movimentos transformação na construção do ser social. Com esse olhar a ênfase recai sobre como entrelaçar a Líbras – Língua Brasileira de Sinais com os recursos pontuados na Lei 10436/02 através dos facilitadores comunicativos.

O presente artigo tem como objetivo compreender como os facilitadores podem contribuir de forma bem mais leve e flexível para uma comunicação entre Surdos¹ e ouvintes. Utilizou-se alguns teóricos tais como a revista Arqueiro/Ines: Freeman (1999), Honora (2010), Saberes e práticas da inclusão (2005), dentre outros.

Os estudos juntamente com as aulas práticas e com a participação de um Surdo proporcionou uma vivência e apreciação sobre a importância dos facilitadores comunicativos para o desenvolvimento cognitivo da pessoa surda. Os desafios advindos de um olhar inovador para às especificidades comunicativas contribuem com a limitação das ações que colaboram efetivamente com as mudanças significativas ao construir uma comunicação livre de truncamentos. Principalmente ao utilizar os facilitadores comunicativos.

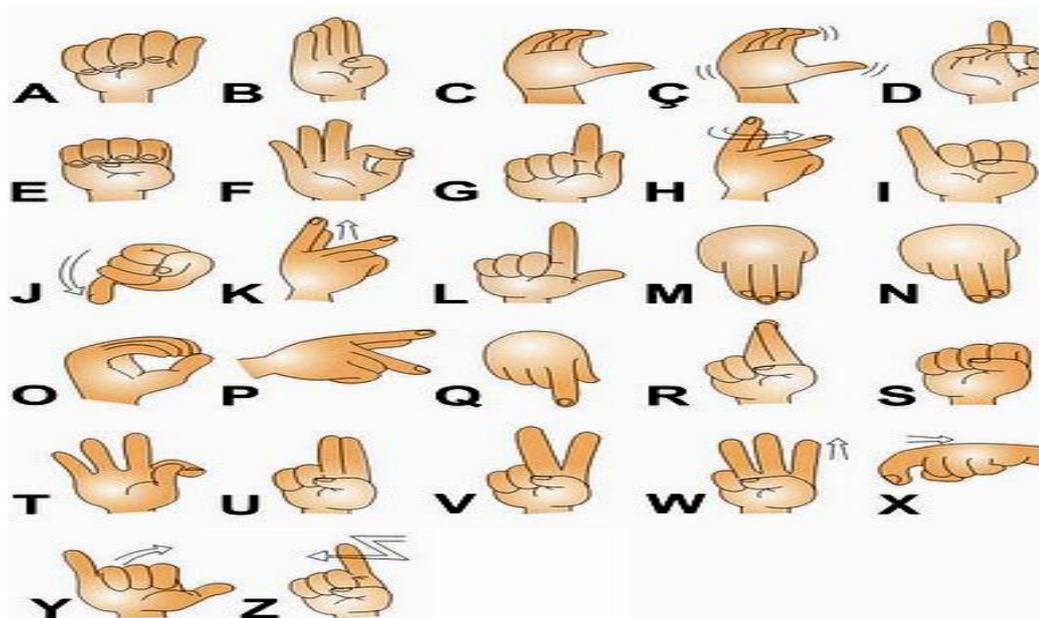
¹ A palavra Surdo(a) vem grafada com “S” maiúsculo quando indicar que se trata de pessoas deficientes auditivas que lutam por seus direitos políticos, lingüísticos e culturais.

.2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E PEQUENOS OLHARES SOBRE A CULTURA, IDENTIDADE DOS SURDOS E O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS

Para Sasaki (1997, p. 150), "é preciso rever toda a legislação pertinente à deficiência, levando em conta a constante transformação social e a evolução dos conhecimentos sobre a pessoa deficiente". Exemplificando, a Lei nº 10.436, de 24/4/02, regulamentada pelo decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, garante a disponibilização como recurso e apoio assistivo para os pessoas surdas.

As Línguas de Sinais são as línguas das comunidades surdas, não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias. Atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. O que é denominado de palavra ou item lexical nas línguas oral-auditivas são denominados sinais nas línguas de sinais, como exemplo, o Alfabeto Manual da LIBRAS:

Figura 1: Alfabeto Manual da Libras



Fonte: csjonline.web.br.com/alfabeto.htm

Sendo assim, o artigo 1º da Lei 10.436/02 define a Língua Brasileira de Sinais como "a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas

surdas do Brasil”. Percebe-se que essa legitimação tem como finalidade proporcionar a todos, mas especificamente aos surdos uma comunicação efetiva em todas as áreas seja na família, no trabalho, com os amigos para diminuir a distância entre ouvintes e surdos.

Segundo Fernandes (2012, p. 81) “A regulamentação trouxe avanços para a cidadania bilíngue das pessoas Surdas, expandiu os domínios da língua de sinais para diferentes segmentos sociais”. Os ambientes proativos deveriam se adequar através da Líbras, mas também utilizar os facilitadores para ajudar numa comunicação fluente que possa favorecer os direitos comunicativos dos surdos, ajudando-os a ter o sentimento de acolhimento ao se sentirem incluídos e livres para expressar os seus sentimentos, conquistas, sonhos e decepções.

O autor faz uma reflexão que ao pensar no processo de exclusão e opressão dos surdos ao longo da história, relembra que desde a Antiguidade, as pessoas surdas se encontram em situações de desigualdade comunicativa, ainda ilustra alguns acontecimentos ocorridos na Grécia, mais especificamente na cidade-estado de Esparta, onde o recém-nascido surdo, assim como tantos outros tidos como fora do padrão, “era morto”. Estudos acerca da cultura surda, relembra como outras culturas da Antiguidade assumiram olhares diversos sobre esta minoria, como é o caso da cultura egípcia e persa. Na maioria das vezes onde os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados, enviados dos deuses pelo fato de os surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses, numa espécie de meditação espiritual. Havia um grande sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social.(SKLIAR,1997).

Através desses exemplos históricos, observamos a construção de alguns olhares que uma sociedade faz referente a uma comunidade formada por uma minoria, que nesse caso específico, são os surdos.

No ínterim, Sassaki (1997) explicita que a diversidade humana é um fato numa sociedade plural porque compõem essa diversidade todos os segmentos populacionais representados por etnias, raças, nacionalidades, naturalidade, regiões socioeconômicas cultural, deficiências físicas, deficiências sensoriais, deficiências mentais múltiplas, deficiências psiquiátrica, distúrbios orgânicos, histórico penitenciário etc. Algumas concepções que emergiram a partir do Congresso de Milão, em 1880. Segundo Skliar (1997), do período anterior a esse congresso até os

anos 1970, veríamos um século em que prevaleceria a perspectiva oralista, o autor, pontua que muitos estudiosos consideraram o Congresso de Milão um evento tão fundamental para a consolidação desta perspectiva que o colocaram como um divisor de águas, principalmente em relação à linguagem.

Então apontaram para como, por um período curto, de meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX, eram recorrentes as experiências educacionais em que se encontrava o uso das linguagens de sinais. A partir de 1880, entretanto, ocorre o “predomínio absoluto de uma única filosofia, que talvez reduzisse a educação dos surdos a língua oral”. Skliar pontua que:

Nesse Congresso – que não contava com a participação nem com a opinião da minoria interessada – um grupo não muito numeroso de educadores ouvintes impôs a superioridade da língua oral sobre a língua de sinais, e decretou, sem fundamentação científica alguma, que a primeira deveria constituir o único objetivo do ensino. As motivações e ideias que fizeram possível essa conclusão – que não pode nem deve ser considerada somente de natureza metodológica – são ainda hoje objeto de estudo por parte de numerosos pesquisadores (SKLIAR, 1997, p.101).

A partir desse decreto, a língua de sinais não apenas passa a ser descartada mas, em alguns casos, verdadeiramente proibida. Em detrimento desta se buscou ensinar a língua oral, que passou a ser o único objetivo da escolarização. Também, Skliar (1997) lembra que essa mudança de paradigma não teve apenas motivações “metodológicas”, sendo essas, aliás, praticamente escassas, uma vez que não houve pesquisa científica que amparasse tal decreto.

Com uma visão clínico-terapêutica, surgiram práticas pedagógicas destinadas à leitura labial, à cópia de textos e à oralização desprovida de sentido para o aluno, porém muitas dessas práticas estão arraigadas até hoje em nossa sociedade. Skliar (1997) explana que desse modelo, derivou uma visão psicológica sobre a surdez e que por sua vez, endossou esse olhar clínico-terapêutico, ao gerar relações diretas entre a deficiência auditiva, problemas emocionais, intelectuais e psicológicos.

Em oposição a esse modelo, ratificado no Congresso de Milão, em 1880, surgiu, principalmente a partir dos anos 1970, uma outra perspectiva, centrada na valorização da Língua de sinais (LS) como primeira língua (L1), ou língua materna, e da cultura surda como uma identidade. Assim, para pensar sobre essa outra visada no olhar sobre o sujeito surdo, e avançar na discussão. Para o autor, recorrendo ao conceito de cultura, é preciso repensar a visão que temos sobre os surdos a partir

da noção de identidade. E, mais que os próprios ouvintes poderiam rever sua forma de olhar para os surdos.

A cultura surda, portanto, pode ser pensada como uma identidade cultural. Ou seja, um grupo que se reivindica pertencente a uma cultura comum – distinta da dos ouvintes – baseando-se em um grupo de características – que partem da deficiência auditiva, mas não se limitam a esta. Skliar clareia e pontua que ao distinguir a comunidade surda do povo surdo, isso é: a comunidade surda englobaria não apenas os sujeitos surdos, como também ouvintes militantes da causa surda, como pesquisadores, professores, intérpretes e familiares. O povo surdo, por outro lado, seria constituído apenas pelas pessoas que são marcadas pela surdez, estando esses ligados pela forma visual de apreender o mundo.

Logo, a identidade cultural, antes de ser algo próprio da comunidade surda, é algo do próprio povo surdo, que carrega em comum uma visão do mundo e, em consequente, um conjunto de ideias, de crenças e de costumes. Assim entender o surdo a partir da perspectiva da cultura não significa abrir mão de ver as diferenças existentes entre pessoas ouvintes e surdas, pelo contrário, significa entender como essas diferenças deveriam ser vistas não somente como patologias a serem tratadas ou desigualdades sociais, mas como identidades culturais que devem ser reconhecidas e respeitadas. Assim deveríamos “olhar a surdez não pela falta, mas por aquilo que ela marca como diferente” (LOPES, 2011, p.22).

Construindo olhares, observa-se que, sendo uma língua com “estrutura gramatical própria e sistema linguístico de transmissão de ideias” é de suma importância o profissional intérprete de libras para fazer à mediação comunicativa entre o Surdo e ouvinte, porém com habilidades para interpretar de forma coerente e satisfatória e ao mesmo tempo que não deve interferir nos processos acolhedores, educacionais ou pessoais. Priorizando e valorizando este profissional foi decretada e sancionada à Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 que expõe: Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. No Art. 2º o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, percebe-se, a preocupação dos responsáveis pela criação da Lei 12.319/10 com a qualidade de interpretação delineada no Art 6º, inciso II “interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-

pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; este profissional deve interpretar com rigor técnico, zelando pelos valores éticos, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.

De fato, ser Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais envolve não apenas ter ou exercer uma profissão, mas “ dominar a Língua de sinais e a Língua portuguesa” e se conscientizar que através da interpretação, postura e conduta poderá contribuir para que à Comunidade Surda conheça e discuta os seus direitos de conviver socialmente e de forma pacífica.(SEESP/MEC,2004).

Sabemos que ainda não é tão amplo a inserção desses profissionais em todos os ambientes, mas o surdo está em todos eles., por estes motivos daremos enfq que às questões comunicativas através da Libras e dos facilitadores.

3 LIBRAS E FACILITADORES COMUNICATIVOS NA PROMOÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO LEVE E PRODUTIVA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais simbolizam uma proposta que visa orientar de maneira coerente, as muitas políticas educacionais que existem nas diferentes áreas do nosso território, contribuindo com a melhoria da eficiência, da atualização e qualidade da educação. Eles visam imprimir a concepção de cidadania, ajustando o aluno à realidade e à demanda do mundo contemporâneo.

Friedmann (2006), explica que na área prática, o lúdico ou seja a utilização de maneiras diferenciadas num processo de formação comunicativa para desenvolvimento de saberes diversos, precisa deixar de ser um processo inconsciente – para ser trazido à consciência, como linguagem simbólica, essencial ao desenvolvimento do ser humano. Lopes (2001), diz que: “todos os jogos que exijam antecipação, planejamento e estratégia estimulam a criança a raciocinar”, os facilitadores visuais, imagens coloridas, gravuras, associar o desenho aos textos são essenciais para facilitar a construção de um diálogo aprendizagem, com isto é fundamental estimular a existência da atividade lúdica na educação.

Partindo dos princípios norteados nos Parâmetros Curriculares Nacionais que simbolizam uma proposta para orientar de maneira coerente, as muitas políticas educacionais que existem nas diferentes áreas do nosso território, contribuindo com a melhoria da eficiência, da atualização e qualidade da educação. Eles visam

imprimir a concepção de cidadania, ajustando o aluno à realidade e à demanda do mundo contemporâneo.

Lopes (2001) afirma que: “Prever, calcular e montar uma estratégia são aspectos de raciocínio fundamentais para a ampliação da visão de mundo do indivíduo”, ao direcionar esses olhares para uma comunicação sem barreiras ou truncamentos, percebemos a importância dos facilitadores.

3.1 Exemplificando a utilização dos facilitadores comunicativos através de uma aula prática

1 – Facilitando através das expressões faciais:

Figura 1



Fonte: <http://omelhordalibras.blogspot.com/2014/07/parametros-da-libras.html>

2 – Facilitando com o alfabeto Ilustrado:

Figura 2



Fonte: https://www.google.com/search?q=alfabeto+ilustrado+em+libras&sca_esv=8c9b3293186be496

3 – Facilitando : Alguns sinais de família

Figura 3



<http://conversasdeeducador.blogspot.com.br/>

4 - Facilitando: com os sinais dos dias da semana

Figura 4



Fonte: https://www.google.com/search?q=alfabeto+ilustrado+em+libras&sca_esv=8c9b3293186be496

5 - Facilitando: Alguns sinais de vestuário (Figuras diversas)



Fonte: https://www.google.com/search?q=alfabeto+ilustrado+em+libras&sca_esv=8c9b3293186be496



Fonte: https://www.google.com/search?q=alfabeto+ilustrado+em+libras&sca_esv=8c9b3293186be496

3.2 Estratégias facilitadoras

Figura 6



Fonte: https://www.google.com/search?q=alfabeto+ilustrado+em+libras&sca_esv=8c9b3293186be496

Assim, os facilitadores sendo pontuais, coloridos, expressivos, com a grafia dos vocabulários atrelados aos desenhos, imagens, objetos, e quando houver possibilidades entrelaçar com as configurações em Libras, certamente os surdos irão se sentir acolhidos em todo e qualquer ambiente.

Ainda mais ao entrelaçar os facilitadores comunicativos (Expressão facial e corporal), noção de espaço, reflexões interpretativas para um acolhimento inclusivo através das aulas práticas com a inserção de alguns vocabulários, verbos, pronomes e marcadores, em libras podemos ampliar com algumas aplicabilidades contextuais uma comunicação flexível, espontânea, porém direcionada para o crescimento do indivíduo Surdo.

Assim, o acolhimento por qualquer profissional, sendo educacional, social ou psicológico perpassa por olhares inclusivos que possam produzir uma comunicação efetiva através da Libras juntamente com os recursos expressos na Lei 10.436/02 , bem como, com os facilitadores comunicativos.

De acordo com Macedo (2005), o espírito lúdico é fundamental para facilitar o entendimento. Acolher com simplicidade e leveza.se refere a uma relação da criança e do adulto com uma tarefa, uma atividade ou uma pessoa através do prazer funcional que despertam. Qualquer atividade pode ser interessante, depende apenas do modo como é proposto, do contexto, das pessoas e do sentido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível perceber que a surdez pode gerar diferentes impactos ao desenvolvimento do indivíduo surdo, visto que estas dificuldades acontecem pela ausência de uma comunicação leve e livre de truncamentos entre o surdo e os ouvintes sendo notório que sem a devida compreensão e, na maioria das vezes por não conseguirem se expressar adequadamente as intenções comunicativas destes indivíduos apresentam grandes dificuldades, alterações linguísticas relacionadas principalmente com as regras da língua portuguesa e com os vocabulários. E por ser assim é que os facilitadores comunicativos, bem coloridos idos, Ilustrativos e atrelados à escrita e aos sinais da Libras cumprem verdadeiramente o papel de facilitar para promover uma comunicação direcionada para o saber, conhecer e aprender.

Entendemos que a identidade de um povo está ligada intimamente ao desenvolvimento por meio de uma comunicação que naturalmente, realce a cultura de um povo. Sendo assim para que os surdos possam usufruir com entendimento os ambientes familiares, educacionais e sociais, faz-se necessário conhecer os critérios e especificidades do idioma utilizado por esta minoria.

Pois, quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos, a partir das situações que a realidade impõe e da nossa atuação nela; quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e a tentar resolver os problemas que se nos apresentam, percebemos o quanto uma comunicação fluente pode ajudar no desenvolvimento social porque passa a impressão de que o mundo está ao nosso alcance; não só podemos compreendê-lo, conviver com ele, mas até modificá-lo à medida que incorporamos as nossas vivências e experiências..

Assim, quando utilizamos os facilitadores percebemos o quanto uma boa comunicação provoca descobertas, lembranças, as coisas começam a fazer sentido e o emocional se desenvolve mais plenamente.

Diante dessa realidade, cabe a nós o papel de fomentar a discussão e provocar a instalação de novos caminhos acolhedores para a comunidade de pessoas surdas. Promover uma construção comunicativa perpassa pela capacidade de produzir e compreender as mais diversas linguagens e os tipos diferenciados de facilitadores.

Sabendo que, os facilitadores comunicativos juntamente com a Língua Brasileira de Sinais propiciam uma comunicação livre de truncamentos, um entendimento claro das diretrizes formativas, conceitos esclarecedores dentro das modalidades sociais e profissionais.

Assim conscientizar as pessoas, dos desafios de uma comunicação através das mãos - Libras – Língua Brasileira de Sinais e da leveza ao utilizar os diversos facilitadores comunicativos que promoverá o entrelace das conversas construtivas.

Fica, deste estudo, a certeza do quanto os facilitadores são importantes para diminuir a distância comunicativa entre os ouvintes e surdos.

REFERÊNCIAS

- ALFABETO MANUAL DOS SURDOS. Disponível em: <http://www.eafmuz.gov.br/modules/noticias/documentos/alfabetomanualsurdos.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2004.
- ARQUEIRO / Instituto Nacional de Educação de Surdos. – Vol. 1 (jan/jun 2000)
- Especificidades**
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial: **Saberes e práticas da inclusão. Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos.** Brasília: SEESP/MEC 2005.
- _____. Lei 10.436, DE 24 de abril 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS** e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF, 2002.
- _____. Lei 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.**
- _____. **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- ENSAIOS PEDAGÓGICOS - **Construindo escolas inclusivas:** 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.180 p. : il. **Ensaios pedagógicos** - construindo escolas inclusivas. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. II. Título
- FREEMAN, R. D.; CARBIN, C. F.; BOESE, R. J. **Seu filho não escuta?** um guia para todos que lidam com crianças surdas. Brasília: Ministério da Justiça, 1999.
- FRIEDMAN, Adriana. **Brincar: crescer e aprender** – O resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.
- HONORA, M.; FRINZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais:** Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Bahia
- LOPES, Márcia Corsini. **Surdez e Educação.** 2.ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MACEDO, Lino de PETTY, Ana Lúcia Sicoli; PASSOS, Norimar Christe. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

MURCIA, Juan Antônio Moreno. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artemed, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SKLIAR, Carlos. (org). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STOBEL, Karin Lilian et all. **Falando com as mãos**. Curitiba:Secretaria de Estado de Educação.1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

_____ . **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.